

A PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL NO SÉCULO DO DESCOBRIMENTO. APRESENTAÇÃO E PROPOSTA

*Gabriela Martin**

Na apresentação dos arqueólogos brasileiros junto à comunidade dos historiadores que participam do Congresso “América-92”, queremos sugerir o que poderíamos fazer pelos historiadores e pela história do contato euro-indígena mais do que simplesmente relatar o que se tem feito. Aliás, em termos reais e cronológicos, não se poderia falar de “um contato” e sim de “vários contatos” que, no tempo e no espaço, realizaram-se no Brasil entre as populações indígenas e os conquistadores. Apenas oito anos separam a primeira viagem de Cristovão Colombo da descoberta de Cabral e as circunstâncias desses primeiros contatos são muito parecidas; basta comparar os relatos do Almirante com a carta de Pero Vaz de Caminha. A arqueologia ou os registros arqueológicos nesses encontros não seriam muito diferentes se sua identificação fosse possível e não tivéssemos apenas reconstruções idealizadas por pintores românticos do século XIX. Mas é possível, com a ajuda da arqueologia, reconstituir-se e identificar as primeiras feitorias e estabelecimentos costeiros que iniciaram a grande gesta que inclui as Américas nos tempos modernos. Para isso é necessário maior interação entre historiadores e arqueólogos, da mesma forma como se faz na arqueologia clássica ou na medieval, nas quais o documento escrito, histórico ou literário, pode ser verificado positivamente ou negativamente pelo registro arqueológico.

Não raramente, o historiador confunde o arqueólogo com um colecionador de objetos ou, mais generosamente, com um estudioso apenas da cultura material de determinado período histórico. Nada mais longe desses conceitos que a moderna Arqueologia. Com ajuda das ciências auxiliares, pertencentes ao campo das ciências exatas e da

* Universidade Federal de Pernambuco.
Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

terra, hoje o arqueólogo pode obter dados que seriam inimagináveis há poucas décadas passadas. Importante também tem sido a observação crítica do por que das coisas, o seu posicionamento espacial e temporal, e, muito especialmente, a reflexão intelectual sobre porque foi escolhido determinado padrão de comportamento e não outro. As diferentes correntes teóricas que levam a arqueologia pelos caminhos da história, da antropologia e da etnologia, permitem, também, chegar-se a resultados muito além da simples descrição do objeto. O estudo de um ecossistema do qual o homem é apenas uma variável a mais, permite-nos conhecer nossos antepassados na sua interação homem-meio. Teoricamente essa reflexão é válida para todos os grupos humanos e para todos os períodos cronológicos da história, desde os primeiros bandos de homínidas até os homens dos tempos modernos que participam de uma mesma estrutura sócio-econômica na fábrica ou na mina, no que se vem chamando de arqueologia industrial e na discutível arqueologia recente.

A Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB soma-se às comemorações do V Centenário da Descoberta da América, organizadas pelo Congresso Internacional “América-92: Raízes e Trajetórias”, com a instituição de uma mesa-redonda na qual participam diversos especialistas das áreas interdisciplinares que compõem a ciência arqueológica. A intenção é apresentar dados que não só interessem aos arqueólogos mas também estabelecer o difícil nexos de união entre a Pré-história e a História do Brasil. Acreditamos que o registro arqueológico seja, para o historiador, uma fonte primária de excepcional importância para se conhecer a verdadeira e desapaixonada história do contato euro-indígena, que o historiador tradicional conhece apenas através do relato unilateral, tantas vezes tendencioso, de documentos escritos.

O Brasil “do contato”, nos seus aspectos geográficos, humanos e culturais é a temática que, com base no método arqueológico, se pretende apresentar ao Congresso sob o título *A pré-história do Brasil no século do contato euro-indígena*.

A Arqueologia brasileira tem avançado consideravelmente na última década, apesar das inúmeras dificuldades de falta de recursos e de material humano qualificado. Uma pesquisa demorada e cara, como é a arqueológica, não se improvisa, e, em termos extensivos, o conhecimen-

to arqueológico do nosso País é desolador. Porém, em 1980, com a fundação da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB, promovendo reuniões periódicas bianuais ininterruptas e seminários regionais quase todos os anos, possibilitou que a massa crítica na comunidade dos arqueólogos brasileiros aumentasse consideravelmente, e tanto os aspectos puramente operacionais da pesquisa em si, como publicações e intercâmbios entre docentes e pesquisadores de todo o Brasil, atingissem bons níveis. Grupos emergentes na pesquisa arqueológica consolidaram-se nas duas últimas décadas, com visível aumento dos cursos de pós-graduação e de especialização nas instituições universitárias.

A Arqueologia Histórica ou Arqueologia Colonial Brasileira tem-se desenvolvido de tal forma que já representa cinquenta por cento das atividades nas reuniões científicas da SAB, apresentando novas metodologias e propostas avançadas. Registre-se que a Arqueologia missioneira tem dedicados representantes do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, e vale ressaltar a criação de Sítios Arqueológicos-escola das Missões, um em São Miguel (RS) e outro em Vila Flor (RN).

O encontro entre dois mundos

Nos numerosos eventos que estão surgindo por conta das comemorações do V Centenário do Descobrimento da América no mundo, há uma tendência louvável de não se usar os termos “conquista” e “descobrimento” para se falar do “encontro de dois mundos”, de contato entre culturas, tentando-se assim afastar a idéia de superioridade baseada na eficácia das armas. Na realidade, esse grande “encontro” tem margens amplas no tempo e no espaço, a contar da primeira missa em Porto Seguro até o contato recente com os Ianomámi.

Conquista, colonização e evangelização, são as três frentes em que se pode desenvolver a arqueologia dos contatos inter-étnicos. Por ser a conquista e também em parte a colonização, altamente destrutivas do ponto de vista indígena, é a evangelização através dos estabelecimentos missionários o item privilegiado para a identificação do registro arqueológico dos séculos posteriores ao descobrimento. Por isso,

acreditamos que a arqueologia missioneira deverá ser privilegiada no futuro.

Uma arqueologia ideal dos contatos euro-indígenas partiria do reconhecimento das primeiras feitorias costeiras do Norte ao Sul do Brasil. Com a escavação sistemática das mesmas se poderia conhecer a intensidade do intercâmbio material e as primícias dos assentamentos. Uma segunda fase de grande importância histórica é, sem dúvida, o estudo arqueológico dos assentamentos missioneiros e suas características em cada região. Dos poucos trabalhos realizados, já temos dados de grande interesse histórico tais como as pequenas missões do vale médio do São Francisco, principalmente nas ilhas de solo mais fértil, missões que muito cedo enfrentarão a oposição da poderosa Casa da Torre na Bahia, em Pernambuco e até no Piauí. Os trabalhos arqueológicos sistemáticos nas áreas missionárias guaranis, são capítulos da História do Brasil. O conhecimento da ação missionária carmelita no Rio Grande do Norte é, em parte, fruto do trabalho arqueológico na missão de Gramació, em Vila Flor.

Estudos sobre as fazendas de gado, destruidoras das aldeias e da incipiente agricultura indígena de subsistência, são também trabalhos que se enriquecerão com o apoio da pesquisa arqueológica. No lado oposto, registra-se que os relatos de bandeirantes, desbravadores e missionários, além de oferecerem documentos históricos, muitas vezes, ajudaram a identificar importantes sítios arqueológicos.

A "Arqueologia do contato" euro-indígena não é uma novidade, uma moda que tenha surgido frente às comemorações de 92. Ela forma parte da dinâmica arqueológica do País, implementada nas duas últimas décadas. Já nos anos sessenta, os simpósios de Arqueologia da Área do Prata, de certa forma precursoros das Reuniões Científicas da Sociedade de Arqueologia Brasileira, criaram grupos de trabalho dedicados a pesquisar os sítios de contato entre indígenas e europeus. Nessa década, Marcos Albuquerque, em Pernambuco e José Brochado, no Rio Grande do Sul, tentam através das mudanças ocorridas no fabrico e utilização das cerâmicas, estabelecer padrões de aculturação. Marcos Albuquerque na feitoria de Cristovão Jacques, estabelecida na ilha de Itamaracá, em 1516, primeiro trabalho arqueológico realizado no Nordeste sobre a época dos primeiros contatos entre portugueses e

indígenas do tronco Tupi. José Brochado realizou trabalho semelhante nas missões orientais do Uruguai, incorporadas depois ao Império português a partir de 1801. Tomando como modelo a cerâmica das reduções dos grupos lingüísticos Guarani, estudou, Brochado, o reflexo da aculturação nas técnicas apreendidas dos missioneiros (tornos, fornos fechados, formas do vasilhame, etc.) e o fenômeno da volta às técnicas tradicionais com o abandono das missões, refletindo, através de uma única variável, o que foi o drama da utopia jesuítica.

A documentação referente aos indígenas brasileiros e seu paulatino extermínio, é muito bem conhecida e tem sido estudada por diversos historiadores, mas queremos referir-nos às áreas do Brasil onde a pesquisa arqueológica acompanhou o conhecimento documental e onde foi possível, muitas vezes, identificar-se através da cultura material, da distribuição espacial, dos recursos naturais e do “habitat” escolhido, o perfil arqueológico desses homens que o Barão de Parnaíba considerava “de índole má”.

O litoral do Rio de Janeiro tem sido uma das áreas mais intensamente exploradas arqueologicamente, no que concerne às tribos indígenas na época do contato. No litoral de São Paulo e no do Rio Grande do Sul, há pesquisas nas quais as fontes escritas foram uma importante base documental para a sustentação do trabalho arqueológico. No Nordeste, além da pesquisa de Marcos Albuquerque em Pernambuco, sobre a feitoria de Cristovão Jacques na Ilha de Itamaracá, realizaram-se pesquisas sistemáticas nas áreas missioneiras do Rio Grande do Norte e do vale médio do São Francisco também em Pernambuco, a cargo do Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco.

Não pretendemos aqui expor dados etnográficos e históricos relacionados com os índios brasileiros, fartamente conhecidos e reconhecidos em numerosas obras. Apenas estamos citando alguns exemplos nos quais existe clara relação entre a arqueologia e o documento escrito. Apontamos, por oportuno, as áreas onde se realizaram ou estão se realizando escavações e prospecções arqueológicas que sejam ou possam ser complementos dos documentos históricos.

Os “contatos” iniciados a partir de 1500 tiveram características muito diferentes, segundo se tratava do labor evangelizador ou simples

expulsão para facilitar o assentamento das fazendas de gado no interior dos sertões. Em ambos casos, porém, significaram a destruição das culturas indígenas, quando não seu aniquilamento físico. A reconstrução do *modus vivendi* e das características físicas desses indígenas do "contato" é trabalho fundamental de arqueólogos.

As informações de Staden, Léry, Abbeville, Soares de Souza, Cardin e Thevet foram algumas das fontes pré-arqueológicas sobre as ocupações Tupi-Guarani do litoral brasileiro; referências às formas e à decoração das cerâmicas aparecem na literatura dos séculos XVI e XVII. Aliás foi a partir dos desenhos de Staden, que José Brochado identificou muito acertadamente, as formas e os usos do vasilhame Tupinambá do litoral brasileiro.

No levantamento das aldeias Tupi-Guarani do litoral do Rio de Janeiro, M. C. Beltrão faz também referência às ocupações de contato no início do século XVI, entre as quais destaca as aldeias da Estação da Marinha (1300-1500 d.C.), Pixunas (1500-1150 d.C.) e Morro da Viúva (1550-1600 d.C.) com porcelanas e cerâmicas européias associadas às cerâmicas indígenas. A aldeia de Pixunas apresentava forma retangular, estava situada perto do mar e representava materiais cerâmicos importados desde a base do assentamento. A forma retangular da aldeia fez pensar a Beltrão que o assentamento teria sofrido a influência das construções portuguesas. É também de se ressaltar nos desenhos e croquis de aldeias indígenas desenhadas por europeus, a presença de paliçadas rodeando estruturas nunca construídas pelos indígenas. A identificação das aldeias e acampamentos Tupinambá na Ilha do Governador, relatados por Jean de Léry, evidenciou a presença colonial e a mudança nas estruturas arqueológicas nativas, o que explica a construção de paliçadas.

Especial atenção merece o SE do Piauí, onde na área arqueológica de São Raimundo Nonato, a Fundação do Museu do Homem Americano desenvolve pesquisas há duas décadas. A identificação dos estabelecimentos indígenas de agricultores-ceramistas anteriores e posteriores ao descobrimento e ocupação da região pelos criadores de gado, forma parte do grande projeto arqueológico daquela instituição científica. Esparsos e às vezes até contraditórios, existem documentos referentes aos habitantes indígenas dessa região, muitos deles refugiados

nessas terras áridas em razão da perseguição que sofriam no vale do São Francisco pelos prepostos da Casa da Torre, que tinha jurisdição até no SE do Piauí. A expedição de 1807 nas cabeceiras do rio Piauí e nas terras limítrofes com Pernambuco aniquila os Pimenteiras e a de 1811 acabou com qualquer resistência e assinalou nessa região, o fim das populações indígenas como grupos humanos independentes. Entretanto, a guerra contra os Pimenteiras, movida pelos portugueses com ajuda de outras tribos de Pernambuco, começou muito antes, a partir de 1776 segundo Pereira D'Alencastre e foi concluída em 1784. Existem também referências à existência na região de São Raimundo Nonato, dos Cariri, Acroás e Kamakan.

O projeto geral de pesquisa da Fundação do Museu do Homem Americano chama-se "O homem do SE do Piauí da pré-história aos dias atuais: a interação homem-meio". Nesse contexto, estuda-se o homem desde sua chegada à região no Pleistoceno, em torno de 50.000 anos. Os índios do contato e da posterior ocupação pelos colonizadores, foram objeto de levantamento documental realizado pelo historiador Luiz Mott. Na documentação referente aos índios do Piauí eles aparecem como "súditos" insubmissos e ameaçadores, entrave à ocupação das terras e expansão da pecuária. Não houve pois o menor interesse dos autores da documentação de relatar detalhes da cultura indígena. Documentos oficiais nunca anteriores à segunda metade do século XVIII, ou seja, um século depois da conquista do território, no comentário de L. Mott, não trazem as informações que os arqueólogos desejariam obter da etno-história. Mais uma vez, o recurso é valer-se a arqueologia dos relatos de viajantes e cronistas para se obter aspectos culturais e demográficos dos indígenas do Piauí, sustentação ao registro arqueológico posterior. A relação mais antiga que fala dos índios do Piauí é de 1697, da autoria do Pe. Miguel de Carvalho, importante documento pela quantidade de tribos que cita de primeira mão, ou seja, não por ter ouvido dizer e sim por ter "visto e andado". No século XVIII a mais completa descrição correspondente à feita pelo Ouvidor da Capitania Antonio José de Moraes Durão (Descrição da Capitania de São José do Piauí, 1772), documento descoberto por Mott em Portugal. Do século XIX existem várias descrições com informações sobre índios do Piauí, como a de Aires de Casal (Corogra-

fia Brasilica) e, especialmente, a “Memória” de Pereira D’Alencastre, de 1855.

Mesmo as fontes nas quais se incluem documentos oficiais de arquivo como crônicas, memórias, etc. nem sempre sejam de todo confiáveis, é indubitável que nelas existe a informação utilizável em relação aos indígenas que povoaram o Piauí. O mesmo poderíamos dizer de outras regiões do Nordeste, onde muitas informações estão recolhidas na obra já clássica, de Estevão Pinto *Os indígenas do Nordeste*. Estamos nos reportando propositadamente sobre as informações referentes ao Piauí porque, em consequência do trabalho da Fundação do Museu do Homem Americano, existe nessa instituição toda uma fundamentação metodológica de reconstrução do passado indígena, onde todas as variáveis possíveis são computadas, diferentemente da maioria das pesquisas arqueológicas realizadas em outras regiões do Brasil, muitas apenas esporádicas e sem preocupações com o princípio da reconstrução total na relação homem-meio.

No momento atual, uma revisão completa dos conceitos cronológicos da pré-história brasileira está em andamento. O achado de cerâmica pré-histórica em Taperinha (Santarém) e no Sítio do Meio (São Raimundo Nonato, Piauí), com cronologias de 7.000 a 8.000 anos BP, respectivamente, e de cascas de feijão com as mesmas datas, também no Sítio do Meio, obrigam-nos a novas reflexões sobre a capacidade adaptativa e sobre a antiguidade da agricultura e da cerâmica entre esses índios, que a documentação oficial chamou de “inseparáveis do furto e da bebedeira” e “estúpidos, preguiçosos e glutões”... no dizer, por exemplo, do Ouvidor Durão.

Na Páscoa de 1500, no dia 22 de abril, os portugueses chegavam à Bahia, descobrindo oficialmente o Brasil, embora os irmãos Pinzón já tivessem alcançado as costas brasileiras em janeiro do mesmo ano. No dia de São Francisco, a 4 de outubro de 1501, Américo Vespúcio descobrirá a foz de um rio chamado Paraná pelos indígenas e batizado com o nome do santo de Assis. A penetração nos sertões e a colonização européia do vale sanfranciscano, ainda demorará algumas décadas, porém, o destino dos indígenas foi selado nessas datas, como também foi na Amazônia, quando Francisco de Orellana, em 1541, desceu, pela primeira vez o rio “das Amazonas” desde o Napo até o Oceano Atlân-

tico. O cronistas da terrível viagem, Frei Gaspar de Cervajal, fala da existência de enormes e povoadas aldeias nas margens do grande rio. O fim da cultura indígena estaria atrelado ao avanço de desbravadores, soldados, aventureiros e missionários, estes últimos quase sempre defensores dos índios, porém com um conceito cristão de defesa que em nada os ajudará na preservação da sua cultura milenar. Começa então, a segunda parte da aventura humana no Brasil, mas essa já é outra história e pertence à história luso-brasileira. A nossa pré-história estava encerrada e iniciava-se o rápido extermínio da cultura indígena cuja memória, nós, arqueólogos, tentamos preservar.

ABSTRACT: With the help of archaeology it is possible to identify and reconstruct the first trading post and coastal settlements which initiated the process of colonization of Brazil. Thus, it is necessary to promote the same kind of interaction between historians and archaeologists that characterizes Classical and Medieval studies, areas in which the written record must be verified by the archaeological register.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Marcos. O sítio arqueológico P-13-Ln (Um sítio de contato inter-étnico). Nota Prévía. *Pesquisas, Antropologia*, nº 20, Anais do III Simpósio de Arqueologia da Área do Prata, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, 1969, p.79-89.
- . Subsídios ao estudo arqueológico dos primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas da tradição tupiguarani no Nordeste do Brasil. *Clio. Revista do Mestrado em História da UFPE*. nº 5, Recife, 1982, p.105-116.
- BECKER, Ítala Irene Basile. As relações do Guarani com o conquistador. Anais da V Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB. *Revista CEPA*. vol. 17 Nº 20. Santa Cruz do Sul, RS, 1990. p. 319-333.
- BELTRÃO, Maria da Conceição. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Ed. Forense-Universitário-SEEC, Rio de Janeiro, 1978, p. 276.
- BROCHADO, José Proenza; LAZZAROTTO, Danilo; STEINMETZ, Rolf. A cerâmica das Missões orientais do Uruguai, um estudo de aculturação indígena através da mudança da cerâmica. *Pesquisas, Antropologia* nº 20, p. 169-208.
- CARVALHO, Pe. Miguel de. Descrição do Sertão do Piauí, remetida ao Ilmo. e Revmo. Frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, em Ernesto Ennes. *A Guerra dos Palmares*. Brasiliana, 127, SP, 1938, p.365.
- d'ALENCASTRE, José Martin Pereira. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. 1855.

MARTIN, G. A pré-história do Brasil no século do descobrimento. Apresentação e proposta. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 7:1-10, 1993.

- DIAS, Odemar Ferreira. Cerâmica cabocla do vale do elefante. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira*, 3, Rio de Janeiro, 1964.
- DIAS, Odemar Ferreira. Síntese das prospecções realizadas no Estado do Rio de Janeiro pelo segundo ano de trabalho do programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, 1967.
- DURÃO, Antonio José Moraes. Descrição da Capitania de São José do Piauí, 1772. *Revista de História*, da USP, nº 112, 1977, p. 543-566. São Paulo (Documento descoberto e publicado por Luiz Mott).
- ENNES, Ernesto. *A Guerra nos Palmares*. Brasiliense, 127, SP. 1938.
- GUIDON, Niède (Coordenadora). *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí*. Fundação do Museu do Homem Americano-FUMDHAM, IBAMA, Brasília, 1991.
- MARTIN, Gabriela. Arqueologia nas missões religiosas do Nordeste do Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais*, vol.6, nº 1, Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1990, p.165-178.
- . A missão carmelita de Vila Flor, RN. Primeiros Resultados do projeto arqueológico. *Clio - Série História do Nordeste* nº 10. UIPE. Recife, 1988, p.143-157.
- MOTT, Luiz R.B. *Piauí Colonial. População, economia e sociedade*. Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. Teresina, 1985. p.142.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Vol.1. Imprensa Oficial, Estado do Piauí, 1966.
- PEREIRA DA COSTA, F.A. *Cronologia História do Estado do Piauí*. 1909.
- SOUZA, Paulo Tadeu. Escavações arqueológicas na missão de N.S. do Desterro de Gramació — Vila Flor, RN. *Revista CEPA*. Vol.17, nº 20, Santa Cruz do Sul, RS, 1990, p. 305-319.